



Integração pelo esporte

Inclusão Felipe Borges, primeiro atleta da Escola do Esporte Adaptado Paralímpico (ação de extensão desenvolvida na Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da UFRGS), disputou as Paralimpíadas Escolares de 2019 na modalidade parabadminton. Com 17 anos, ele era a única pessoa com nanismo da delegação gaúcha. “Aqui eu sou incluído, coisa que eu não era”, comenta. Segundo dados do Censo Demográfico 2010

do IBGE, 23,9% da população brasileira vive a experiência de alguma deficiência. Além do projeto em que Felipe aprendeu a praticar o esporte, existem outras iniciativas na Universidade que buscam atender essa população, como o Bugre Lucena, projeto que tem uma equipe de deficientes visuais. Algumas dessas ações fazem parte de reportagem especial do JU desta edição. **P6 e 7**



ARTIGO

América Latina nas ruas

As manifestações que ocuparam as ruas de grande número de países latino-americanos em 2019, na análise da historiadora Cláudia Wassermann, foram recebidas com descaso por governos que agem com pouca empatia em relação a questões sociais, ecológicas e identitárias, aumentando assim a tensão nessas regiões. **P4**

ESCOLHA DE REITORES

Nova MP desrespeita a comunidade

“A Medida Provisória 914 quer facilitar a indicação de nomes que não são os mais representativos, e faz isso procedendo a um desvio de finalidade na consulta realizada na comunidade universitária”, salienta João Carlos Salles, presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reeleito reitor da UFBA para a gestão 2018-2022. Em entrevista ao JU, conversou sobre a mudança no processo da escolha de reitores e os ataques que o governo federal tem direcionado ao ensino superior público em momento de grande hostilidade contra as IFES e a produção científica. **P5**

EDUCAÇÃO

A frágil autonomia universitária

Frente ao *Future-se* e às declarações do ministro da Educação que tentam minar a credibilidade das universidades federais, iniciativas tomam força em sentido oposto. A prioridade é garantir o que prevê a Constituição Federal: autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Entretanto, o procurador-geral junto à UFRGS, Saulo Queiroz, alerta para o fato de que o texto constitucional não é autossuficiente se consideradas as discussões no judiciário e no STF. “Basta ver no período eleitoral do ano passado quando houve a tentativa [...] de proibir manifestações no âmbito das universidades.” **P3**

HIV/AIDS

Modelo sucateado

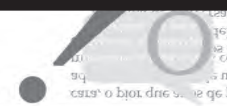
Considerada referência mundial no início dos anos 2000, a resposta brasileira à epidemia de HIV/Aids vem sofrendo retrocessos, com graves golpes em 2019. Campanhas de prevenção vetadas, mudanças no Ministério da Saúde e a invisibilização do debate contribuíram para o desmonte das políticas públicas no ano passado. Somados a isso, o aumento do conservadorismo e a regra do teto de gastos prenunciam cenário árido para 2020. **P8 e 9**



MASCULINIDADES

Homens discutem formas mais saudáveis de identificação social

P10



Espaço da
Reitoria

Jane Fraga Tutikian
Vice-reitora e Pró-reitora Acadêmica

Universidade resiste perante desafios

Terminamos 2019, ano em que comemoramos 85 anos, sendo a Universidade que, ao longo de sua história, consolidou-se como uma instituição reconhecida nacional e internacionalmente pela educação de qualidade que oferece. Porém, o ciclo que se encerra foi marcado por grandes desafios, sendo o maior deles o confronto resultante das hostilidades protagonizadas pelo atual Governo Federal e, em especial, pelo próprio Ministério da Educação. De um lado, o uso do contingenciamento orçamentário como instrumento de desestabilização; de outro, a tentativa de mudança da natureza pública, gratuita e socialmente referenciada das instituições federais de ensino superior. A ambos os ataques, a comunidade interna e externa da UFRGS respondeu com resistência, solidariedade e disposição para defender tudo o que já havia sido construído. No primeiro caso, com a colaboração das direções das Unidades Acadêmicas e da comunidade, racionalizamos serviços e resistimos ao contingenciamento inédito. Priorizamos o que entendemos como essencial: as atividades acadêmicas e a assistência estudantil. Buscamos, ainda, fontes alternativas de financiamento para garantir obras e a compra de equipamentos.

Por outro lado, sofremos ataques permanentes nas mídias sociais, com a criação de factoides e acusações baseadas em inverdades ou em

interpretações distorcidas por um viés ideológico retrógrado e autoritário, a tal ponto que a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) interpelou judicialmente o ministro da Educação.

O programa Future-se, proposto pelo MEC, foi rejeitado pela comunidade e pelo Conselho Universitário em consonância com a decisão da maioria das universidades federais. A partir dessa deliberação, queremos construir, com a comunidade acadêmica, um posicionamento que ratifique o nosso direito constitucional à autonomia e a nossa natureza institucional como patrimônio inalienável da sociedade.

Inegavelmente, 2019 foi um ano de contrastes marcantes. Comemoramos pelo oitavo ano consecutivo o primeiro lugar entre as universidades federais de acordo com o Índice Geral de Cursos (IGC) do MEC; promovemos a internacionalização com o Programa Institucional de Internacionalização – CAPES-PRINT; definimos a sustentabilidade como ação transversal estratégica, por meio do Escritório de Sustentabilidade; implantamos o “Tua UFRGS” como plataforma de serviços centralizados para os estudantes; consolidamos o Centro Cultural como referência de espaço público; discutimos uma política cultural para a UFRGS; e aprovamos uma Política de

Inovação para promover a pesquisa, a tecnologia e a inovação em todas as áreas do conhecimento. Também incrementamos ações de formação e capacitação para todos os servidores pela Edufrgs, além de adotar medidas de modernização e facilitação do ambiente de trabalho de docentes e de técnicos administrativos. Realizamos painéis alusivos aos 85 anos em que convidados nacionais e internacionais debateram a autonomia universitária e o financiamento público, aspectos fundamentais para resistirmos ao que está por vir. A comunidade da UFRGS, pela iniciativa de professores, técnicos e estudantes, marcou posição em defesa da Universidade Pública ao homenagear aqueles e aquelas que foram perseguidos e expurgados pela ditadura civil-militar. Certamente, cada atividade diária de cada um de nós contribuiu para enfrentarmos esse momento de crise, mostrando que a união supera adversidades com criatividade e energia.

Vamos para 2020 com desafios ainda maiores, tanto por conta do Decreto 10.185, que extinguiu cargos efetivos e que vierem a vagar, quanto pela MP 914, que fixou normas para a escolha de reitores. Ambas desrespeitam nossa autonomia, mas a Universidade é, por si só, e vai continuar sendo, no ano que inicia, o locus da resistência e do respeito a sua própria história.

Traga seu livro
ao invés de levar!



Prepare suas doações e entregue das 7h30 às 13h30 no térreo da reitoria.

SAIBA MAIS <http://bit.ly/36edqPi>

www.ufrgs.br/sustentabilidade

Os livros arrecadados serão direcionadas ao projeto Redes de Leitura - Bibliotecas Comunitárias do Rio Grande do Sul.



Carta aos leitores

Há muito tempo, uma frase de Arabela Oliven está escrita no muro colorido que fica entre a Faced e o Bar do Antônio, no Câmpus Centro – ainda que hoje praticamente coberta pela vegetação do jardim em frente. Ela diz que as diferenças são enriquecedoras e que as desigualdades devem ser combatidas. Essa diferenciação conceitual serve para pensarmos sobre muitas dimensões das relações de poder e das dinâmicas sociais vigentes ao nosso redor. A questão está no cerne da ideia de democracia, que, para além do ideal da inclusão, envolve também a busca incessante por uma convivência entre os princípios da liberdade e da igualdade.

E se uma instituição de ensino superior – sobretudo se for pública – é um espaço privilegiado para o debate e o desenvolvimento do pensamento crítico, resta-nos a certeza de que o jornalismo produzido por essa instituição deve não só observar como contribuir para a produção desse conhecimento. Isso, no entanto, sem jamais abrir mão dos preceitos do campo jornalístico e da ética que rege a prática profissional. O compromisso do JU, que pretendemos renovar cotidianamente em 2020, é trabalhar a partir da veiculação da

informação precisa, correta e verídica e da opinião analítica, qualificada e plural. Assim é que, a nosso ver, o bom jornalismo pode contribuir para que as estruturas sejam constantemente objeto de análise para que, mantidas ou transformadas, nos permitam viver numa sociedade mais justa e igualitária.

Na UFRGS, essa questão das estruturas sociais vem à luz, por exemplo, quando há debates sobre o sistema eleitoral para a reitoria, como o ocorrido em dezembro no Salão de Atos. Situação esta que se tornou ainda mais complexa com a Medida Provisória 914, editada no dia 24 de dezembro. Para pensar sobre autonomia universitária e o impacto dessa medida, trazemos uma entrevista exclusiva com João Carlos Salles, presidente da Associação dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Complementa a reflexão uma matéria que apresenta algumas das discussões contempladas no ciclo de painéis alusivos aos 85 anos da UFRGS e das atividades do Grupo de Trabalho destinado a acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro na Câmara dos Deputados. Resta, a partir disso, uma certeza: há uma série de questões referentes às Universidade para as quais

é preciso haver debate constante, aberto, profundo e amplo.

Com relação a outras estruturas geradoras de desigualdade no tecido social, elaboramos reportagem que trata do quanto o esporte deve ser pensado para que todo e qualquer cidadão ou cidadã possa dele participar e, assim, desfrutar dos benefícios físicos, mentais, sociais e emocionais que essas práticas podem oferecer. Também a questão do HIV/Aids nos serve para refletir sobre o quanto esta é uma questão de saúde pública que carrega um estigma negativo advindo de uma moralidade altamente conservadora – e ligada diretamente à discriminação em razão da orientação e do comportamento sexual. No Ensaio, uma proposta de visibilização das pessoas que convivem com a soropositividade.

Também, na busca por entender nosso tempo, a edição traz uma matéria sobre a masculinidade e um artigo sobre a situação da América Latina. No Meu Lugar, a trajetória do servidor Paulo da Silva Eckert e suas vivências no Centro de Processamento de Dados (CPD) e, no Perfil, a vida de mestrando e músico nativista de Pedro Guerra Pimentel no Câmpus Litoral Norte.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora Jane Fraga Tutikian
Chefe de Gabinete João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de
Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial Alan Alves-Brito, Alex Niche Teixeira, André Iribure Rodrigues, Angela Terezinha de Souza Wyse, Aragon Érico Dasso Júnior, Everton Cardoso, Fernanda Souza de Baires, Fernando Seffner, Marcos Vesolozuki Kaingang, Mariana Baierle Soares e Romulo Vieira Conceição e Thais Furtado
Editor-chefe Everton Cardoso
Editora-executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor-assistente Felipe Ewald
Repórteres Felipe Ewald e Fernanda da Costa
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira
Diagramação Carolina Konrath
Fotografia Flávio Dutra, Gustavo Diehl e Rochele Zandavalli
Revisão Antônio Falcetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Emerson Trindade Acosta, Júlia Provenzi, Karoline Costa e Natalia Henkin
Circulação Douglas de Lima
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 7 000 exemplares

O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs.ufrgs.br/jornal

Limites à autonomia

Universidades federais Debate promovido com protagonismo da Câmara dos Deputados busca afirmação dos preceitos constitucionais

Felipe Ewald

Diante do lançamento do projeto *Future-se* pelo governo federal e das declarações do ministro da Educação que buscam minar a credibilidade das universidades federais, algumas iniciativas tomaram força no sentido de garantir a existência dessas instituições. Em destaque, a necessidade de se garantir o que prevê o artigo 207 da Constituição Federal, a saber, a autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Coordenador do Grupo de Trabalho instituído pela presidência da Câmara dos Deputados para acompanhar e avaliar o sistema universitário brasileiro (GT-EDSUP) e ex-reitor da Universidade Federal Fluminense, Roberto Salles afirma que, frente ao quadro atual, o foco da discussão no grupo voltou-se para a autonomia universitária. “O presidente da Câmara [Rodrigo Maia] nos recebeu e apresentamos um projeto de lei do deputado Gastão Vieira. O Maia prontamente criou uma comissão de deputados a ser presidida pelo Gastão para fazer o diagnóstico e apontar soluções para a educação superior. Na visão do GT, as universidades precisam realmente lutar pela sua autonomia, mas não para desvincular o governo da responsabilidade de financiar o ensino público, e sim uma autonomia em que a universidade possa gerir tudo e também escolher seus dirigentes. Para isso, precisamos de uma vinculação e subvinculação financeira para que as universidades possam caminhar com pernas próprias.”

O deputado federal Henrique Fontana, que esteve representando a presidência da Câmara no ciclo

de painéis *Autonomia e financiamento das universidades públicas*, promovido pela UFRGS em novembro passado, acredita que não há um vácuo legislativo. “A Constituição é clara: a autonomia de gestão financeira e administrativa das universidades está absolutamente garantida do ponto de vista legal. Quem quer derrubar essa autonomia tem que mudar a lei, por meio de uma emenda constitucional, que eu espero jamais seja aprovada. De todo modo, é adequado que todos nós apoiemos iniciativas que reforcem a importância da autonomia”, enfatiza.

Por outro lado, Saulo Queiroz, procurador-geral junto à UFRGS, considera que, em meio ao panorama de discussões no judiciário e no Supremo Tribunal Federal (STF), o artigo da Constituição não é autossuficiente. “Basta ver no período eleitoral do ano passado, quando houve a tentativa, por parte da Justiça Eleitoral, de proibir determinadas manifestações no âmbito das universidades. Tanto não havia um regramento específico sobre aquilo, que isso foi parar novamente no Supremo, o qual reafirmou que não existe limite às manifestações no âmbito da universidade em função justamente da autonomia didático-científica, da liberdade de cátedra. Se isso precisou chegar ao STF para que ele dissesse, com base nesses princípios constitucionais, que algo poderia ou não ser realizado na universidade, é porque a gente não tem ainda uma definição clara de quais são os contornos da autonomia.”

Saulo afirma, de qualquer forma, que é possível observar que a autonomia didático-científica constitui um núcleo intocável no conjunto de decisões. “Fica muito evidente que existe uma liberdade

enorme na definição dos rumos que a universidade vai adotar para exercer sua atividade finalística”, ressalta. Quanto às autonomias administrativa, financeiro-orçamentária e de gestão patrimonial, é possível verificar que não são ilimitadas; seguidamente, o STF reafirma a necessidade de observância das leis do país, o que coloca restrições no entendimento acerca da abrangência dessas autonomias.

Ainda que verifique a necessidade de contornos mais claros ao que prevê a Constituição, o procurador é cauteloso quanto a uma legislação específica. “Acredito que a lei não pode ter o condão de esgotar todos os aspectos; muito tem de ficar para a construção feita no âmbito da universidade, de seus conselhos universitários, porque dificilmente conseguiríamos que o congresso previsse todas as nuances e possibilidades que ocorrem na prática. Acho que seria arriscado pensar numa lei muito analítica, sob pena do engessamento.”

Future-se – Em resposta às reações que recebeu logo do lançamento da minuta do projeto *Future-se*, o próprio Ministério da Educação (MEC) decidiu formar um grupo de trabalho do qual participou Saulo. O procurador afirma que foi do entendimento desse colegiado que, da forma como foi apresentada, a proposta do ministério feriria a autonomia das universidades, porque tiraria delas o poder de decisão sobre várias questões que dizem respeito ao seu funcionamento, como as relativas ao financiamento. “Não estava propriamente claro se o modelo proposto pelo MEC era de substituição das fontes ordinárias de financiamento das atividades da universidade ou se seria somente uma proposta de es-

tabelecimento de fontes adicionais.” O resultado deste GT foi a redação de uma minuta que excluiu o que consideravam ingerências por parte do ministério e ferimentos à autonomia universitária. Segundo Saulo, no entanto, o documento já recebeu novas alterações de outras instâncias. “Não sabemos exatamente como o projeto vai ser encaminhado pelo executivo ao congresso.”

Pelo lado da Câmara, o GT-EDSUP, como corpo técnico de assessoramento ao presidente, também emitiu uma análise sobre o *Future-se*. Instituído em abril de 2019, o grupo tem um ano para emitir um relatório final. Ana Lúcia Gazzola, ex-reitora da UFMG e integrante do GT, acredita que a existência do grupo indica que há ações legislativas que, no entendimento do presidente Rodrigo Maia, deveriam ser feitas para poder resolver problemas da educação brasileira.

Para Henrique Fontana, o trabalho do GT é valioso: “Como nós temos hoje, infelizmente, um presidente da República e um ministro da Educação que atacam e tentam desgastar a imagem das universidades públicas e procuram colocar a sociedade em conflito com elas, o fato de termos um grupo de trabalho na Câmara com uma visão mais plural sobre a educação é algo a ser saudado e apoiado”. No entanto, ele lembra que Maia é um “liberal por convicção, que sustenta a visão de privatização do setor público”. Por isso, o GT deve ser visto como iniciativa da Câmara. “Ali vai se dar um debate de ideias que vai nos ajudar a enfrentar essa decisão do governo Bolsonaro de trabalhar pela desestruturação e pelo desfinanciamento do ensino público superior no país”, assevera.



CONHECENDO A UFRGS

Mineração e sustentabilidade

A mineração é uma atividade milenar que tem acompanhado o desenvolvimento da humanidade. Os produtos obtidos com essa prática estão presentes no dia a dia de todos: são utilizados na produção de combustíveis, na geração de energia, na construção civil, em equipamentos eletrônicos e até mesmo no sistema financeiro, com a produção de moedas.

Em contrapartida, por ser uma atividade que impacta diretamente o meio ambiente, o custo desse desenvolvimento econômico se reflete muitas vezes na sustentabilidade dos locais em que a atividade ocorre. O professor do Instituto de Geociências da UFRGS Rualdo Menegat destaca que a mineração em pequena escala pode garantir um desenvolvimento local mais interessante. “Nós precisamos de uma mineração que tenha práticas sustentáveis e negociadas com a sociedade, principalmente com a comunidade local”, ressalta.

Atualmente, a mineração também está em pauta pelos desastres socioambientais ocorridos em Mariana, em 2015, e em Brumadinho, em 2019. O professor do Departamento de Engenharia de Minas da UFRGS Carlos Otávio Petter diz que a prática da mineração deve se preocupar cada vez mais com os impactos que essa atividade pode gerar. “Isso é um sinal de alerta quando temos em jogo a rentabilidade das operações, pois pode muitas vezes colocar em risco a segurança das pessoas”, reflete.

Nesse sentido, o programa Multiponto aborda a mineração por meio da sua importância para a economia e dos impactos que a atividade pode causar tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades que estão envolvidas nessa prática.

Thaynan Schroeder,
estudante do 5.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

O programa Multiponto sobre Mineração será apresentado na UNITV, canal 15 da NET PoA, no dia 20 de fevereiro, às 23h, e pode ser assistido ao vivo pelo link unitv.tv.br



FLÁVIO DUTRA/JU



Protestos na América Latina

Claudia Wasserman*

Em outubro de 2019, assistimos a protestos no Equador, Chile, Bolívia, Brasil, Argentina, Colômbia, Honduras e Haiti, no que já está conhecido como “outubro rebelde”. São manifestações contra os governantes que chegaram ao poder nos últimos anos pelas urnas ou que usurparam o cargo recentemente. A despeito de as manifestações ensejarem demandas pontuais – contra o fim de subsídios, contra o aumento das tarifas de transporte público, contra mudanças nos sistemas de saúde e financiamento da educação, etc. –, os protestos se colocam contra graves retrocessos nos direitos civis e sociais da maior parte da população nos países da América Latina e são recebidos com descaço por governos que agem com pouca empatia em relação a questões sociais, ecológicas e identitárias, o que aumenta a tensão nas zonas de conflito.

No atual contexto de governos conservadores e neoliberais, associados às políticas de arrocho e à repressão violenta aos protestos, também estão em jogo as relações entre os Estados Unidos e a América Latina. Praticamente todos os países em ebulição são produtores de recursos naturais altamente valorizados no mercado internacional. A agenda dos estadunidenses para a região – sobretudo para os países exportadores de petróleo e gás – se concentra na defesa dos interesses econômicos do imperialismo e na promoção de reformas neoliberais, que permitem acesso facilitado aos recursos. Por isso, os Estados Unidos apoiam governos latino-americanos que se comprometem com o conservadorismo de extrema-direita, harmonizados com as medidas neoliberais. O próprio presidente Donald Trump e agentes políticos como Steve Bannon exercem

papel importante nessas relações, suplantando a Doutrina do Destino Manifesto, a Doutrina Monroe, o Big Stick, a Doutrina Truman, o Corolário Roosevelt, a Diplomacia do Dólar e outros postulados que possam ter regido as relações até o presente.

Neste caso, uma das novidades é o uso de redes sociais e das “Fake News” com o objetivo de interferir em processos eleitorais ou desestabilizar adversários, permitindo a ascensão de governos profascistas alinhados com os interesses norte-americanos. A ultradireita se aproveita dos ressentimentos e das frustrações com o sistema político como um todo e se apresenta como anti-establishment para ocupar um vazio político deixado pela desconfiança generalizada nas instituições, orientadas por experientes milícias digitais anônimas, tudo conduzido por Bannon e seus seguidores.

A nova interferência dos Estados Unidos está evidenciada pela afirmação da ideologia conservadora, religiosa, retrógrada, anti-intelectual e autoritária, corroborada pelas declarações públicas de altos escalões do governo Trump em apoio aos governantes conservadores da América Latina, pelo apoio prestado pelo próprio presidente norte-americano em telefonemas aos congêneres latino-americanos, tais como Lenín Moreno, Salvador Piñera, Jovenel Moïse, e pela aproximação que os governantes conservadores, como Jair Bolsonaro e Mauricio Macri, já tentaram em relação aos Estados Unidos. Há, nas declarações desses políticos conservadores, o indício da reinvenção de inimigos internos – minorias que lutam por reconhecimento de direitos, entre os quais ambientalistas, população LGBTQ+, os que lutam pelo reconhecimento dos direitos das populações indígenas, os que lutam contra o racismo e contra o preconceito de classe

social – e inimigos externos – Rússia, China, Cuba e Venezuela –, todos supostamente capazes de destruir a família tradicional, a religião e os bons costumes da sociedade.

Os governos mais recentes – entre os quais se destacam Jair Bolsonaro, Mauricio Macri, Sebastián Piñera, Jimmy Morales, Juan Orlando Hernandez, Pedro Pablo Kuczynski, Lenín Moreno – são, além de conservadores, regressistas e autoritários. Pretendem completar os ajustes neoliberais não implementados nos anos 1990, cancelar a melhoria das condições de vida dos mais pobres, afora o fato de não se aflagirem em aprofundar as desigualdades sociais. As atitudes e manifestações recentes desses políticos são uma afronta ao Estado democrático de direito, à democracia e às classes populares e, ainda, aos setores médios desses países. Desmerecer os manifestantes e reprimir com violência tornaram-se praxe do discurso e da prática conservadora contra os protestos. A violência policial e militar tem sido a resposta às manifestações, com prisões arbitrárias, centenas de feridos e dezenas de mortos.

Os protestos, por sua vez, são semelhantes àqueles que produziram a chamada “Primavera árabe”. Não são o resultado da convocação de políticos de oposição ou de sindicatos organizados. Trata-se de grandes multidões mobilizadas por redes sociais que se reúnem para se manifestar a respeito de um ou mais aspectos pontuais do cotidiano – aumento das passagens de transporte coletivo, aumento de combustível, desemprego, privatização de serviços de saúde e educação, rejeição a anúncios de cortes orçamentários em políticas públicas essenciais, fim de subsídios. Nenhuma força política específica está liderando ou dirigindo os protestos. Por isso, ainda que, por vezes, as manifes-

tações produzam o recuo dos governos da região em alguma reivindicação (restaurar preço das passagens do transporte público, rever o preço dos combustíveis, descongelar recursos da educação, revogar decretos de privatização de serviços essenciais), não há garantia de que elas cessem, visto que são diferentes atores, com reivindicações diferentes e sem liderança para negociar o fim dos protestos. A ausência de pauta comum e de lideranças identificáveis entre os manifestantes se combinam com a desconfiança generalizada na classe política e com críticas à eficácia dos partidos e das eleições.

Assim, no “outubro rebelde” de 2019 surgem dois processos simultâneos. De um lado, os protestos, diferentes das manifestações dirigidas por partidos políticos, sindicatos ou movimentos sociais, conduzidos pela insatisfação em relação aos políticos como um todo. De outro, a repressão violenta, com medidas extremas, como prisões em massa, uso excessivo de força e a decretação de estado de emergência e exceção. Esses dois ingredientes evidenciam, em primeiro lugar, que a esquerda está se reorganizando em outros moldes, de forma mais anárquica, mas não menos eficiente e assustadora para os setores conservadores das sociedades latino-americanas. Por outro lado, a “Onda Azul”, como vem sendo chamada a escalada ultraconservadora desde 2010, veio para ficar, tem um planejamento de longo prazo e apoio internacional, e os setores conservadores civis ou militares não hesitam em usar a força, a violência e reeditar o autoritarismo para fazer valer o que reconquistaram: o poder político nos países da região.

*Professora do Departamento de História da UFRGS



Confronto direto entre policiais e “encapuchados” na Plaza Italia, atualmente conhecida como Plaza Dignidad, em Santiago, no Chile



Autonomia sob ataque



GUSTAVO DIEHL/SECOM

João Carlos Salles Presidente da Andifes afirma que proposta de mudança na escolha de reitores desrespeita a vontade das comunidades

Fernanda da Costa

Reitor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) desde 2014, João Carlos Salles assumiu em julho do ano passado o desafio de presidir a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Em entrevista ao JU, Salles falou sobre autonomia universitária, o Future-se e a Medida Provisória (MP) 914, que altera o processo de escolha dos reitores. Segundo ele, o fato de ter sido editada na véspera da Natal acentua um abuso legislativo. “Como existe legislação prévia e, aliás, não há qualquer eleição prevista nas universidades federais no período de vigência da medida, não há urgência nem relevância que justifiquem o recurso a tal expediente, que, assim, serve apenas para limitar um debate a ser desenvolvido no Congresso Nacional”, afirmou.

Quais as principais mudanças determinadas pela MP e qual o impacto delas nas universidades?

Devemos destacar que temos convivido ao longo dos anos com um procedimento anômalo, se consideramos a autonomia constitucional concedida às universidades. A elaboração de uma lista tríplice significa, afinal, que o processo não se encerra na própria instituição, a escolha

é dependente de uma vontade estranha à comunidade. Se convivemos com tal expediente por tanto tempo, isso se devia ao fato de que a vontade da comunidade estava sendo respeitada e sempre se nomeava o candidato mais votado. Ora, esse pacto acabou. Em 2019, quase metade dos nomeados não estava na primeira posição na lista. Agora, de modo mais grave, a Medida Provisória quer facilitar a indicação de nomes que não são os mais representativos, e faz isso procedendo a um desvio de finalidade na consulta realizada na comunidade. Faz parecer democrático algo que deixa de representar a vontade da maioria. Essa mudança no papel da consulta volta-se contra a vontade da comunidade. Tanto é assim que foi retirada dos Institutos Federais a prerrogativa que eles tinham de indicar um único nome.

Agora, para universidades e institutos, a consulta se torna formal e obrigatória, mas não para indicar um único nome. Mais ainda, um reitor eventualmente nomeado sem a devida representatividade passa agora a contar com poderes maiores para suprimir a vontade da comunidade e se impor, pois não precisa realizar consulta para a escolha de diretores e do vice-reitor, o que diminui a participação democrática da comunidade na definição das posições dirigentes. Outra

mudança é tornar obrigatória a proporção de 70% para docentes, com 15% para técnicos e 15% para estudantes.

“Em 2019, quase metade dos nomeados não estava na primeira posição na lista. Agora, de modo mais grave, a Medida Provisória quer facilitar a indicação de nomes que não são os mais representativos.”

Essa proporção é praticada em algumas universidades, com razões aceitas pela comunidade da instituição. Porém, em outras universidades (creio que na maioria), pratica-se a paridade no peso das categorias. O retrocesso está em que, nesse caso, a instituição deixa de poder decidir, com sua história, sua

experiência e suas razões, qual o peso que julga mais adequado.

O senhor foi eleito presidente da Andifes em julho do ano passado, momento em que o governo tem atacado as universidades públicas e questionado pesquisas científicas, inclusive com o corte de verbas. Como planeja atuar na entidade diante desse cenário?

Diante de um cenário atípico, inusitado e sem precedentes como esse, nós precisamos, por um lado, melhorar a nossa relação com a sociedade, comunicar melhor nossas pesquisas e mostrar o que fazemos, enfim, o que a universidade é.

Por outro lado, precisamos reagir com precisão, sem nos levar por qualquer motivação política, mas, sim, com uma motivação objetiva de defesa do conhecimento produzido, da qualidade das nossas instituições e da integridade dos gestores. E, claro, reagir a ataques que parecem significar uma vontade de desmonte das universidades.

Este é o pior momento desde a redemocratização?

É o momento mais forte de manifestações de hostilidade e de incompreensão da vida universitária, de retrocesso em relação àquilo que a universidade representa. É um momento negativamente singular.

Antes de publicar a MP, o governo já tinha nomeado seis reitores com poucos votos ou até mesmo fora da lista tríplice. Como isso impacta na autonomia dessas universidades?

Até o momento, temos sim um número significativo de reitores nomeados não sendo respeitada a primeira colocação da lista; mas, tirando um caso sub judice, o governo tem exercido a prerrogativa legal de escolher um dos nomes da lista. A pergunta é: isso é correto? Isso se justifica? Parece duplamente incorreto. Primeiro, porque retira a autonomia da universidade, considerando assim que as comunidades são imaturas. A autonomia é o exercício de uma mente coletiva esclarecida que escolheu um dirigente. Desrespeitar isso é tornar uma comunidade inepta. Não é desrespeitar A, B ou C que esteja na lista, mas rebaixar a comunidade da universidade. Segundo, nós podemos considerar que essas medidas são de má gestão, porque escolher alguém que não está em sintonia com a comunidade é, certamente, provocar dissabores. É escolher alguém que não conhece o bastante, que não tem o diálogo mais bem elaborado com a comunidade. Não parece ser um acerto administrativo, é mais uma preferência política e, com isso, uma injunção na vida das universidades.

Em agosto, como reitor da UFBA, o senhor apoiou a decisão do conselho universitário de rejeitar o Future-se. Quais os pontos mais críticos dessa proposta?

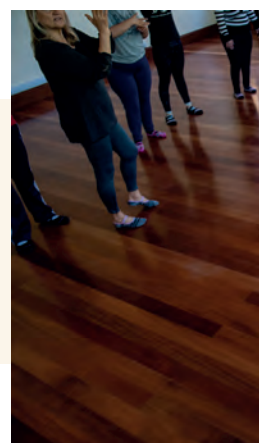
No caso da UFBA, nós fizemos um debate paciente em todas as nossas unidades e houve uma rejeição unânime. Há vários motivos de preocupação em relação à autonomia da universidade no projeto, como a obscuridade de certos pontos sobre o comitê gestor, a figura do contrato de desempenho e a renúncia, de certa forma, da própria gestão de contratos pela universidade. A natureza dos fundos também foi pouco definida e pouco estudada, talvez lançando mão do patrimônio das próprias instituições para amparar uma possível ampliação do orçamento. Foi uma rejeição muito bem pensada, que combate também algo que estaria implícito, que é a ideia de que o Estado deva renunciar a seu compromisso de financiamento público do ensino superior.

ufrgs.br/jornal

Íntegra da entrevista com João Carlos Salles

Corpos eficientes

Inclusão Atividades físicas para pessoas com deficiência são o foco de projetos, disciplinas e pesquisas



A Escola do Esporte Adaptado Paralímpico promove o esporte para pessoas com diferentes deficiências

“Imagine que você está com uma bola de futebol nas mãos. Agora, sentado no chão, com as pernas esticadas e levemente levantadas, faça o gesto de bater a bola no chão, ao lado direito do corpo, enquanto direciona as pernas para o lado esquerdo. Repita o movimento, invertendo os lados dessa vez.” É dessa forma que o professor Gustavo Schumacher orienta os atletas a fazerem o abdominal de aquecimento no início do treino de judô do projeto Bugre Lucena. Gustavo é responsável pela equipe de deficientes visuais na ação de extensão da ESEFID que oferece aulas de artes marciais para a comunidade.

Desde 2009, o projeto tem uma parceria com a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul (ACERGS), e as aulas passaram a incluir o judô paralímpico. Os professores prestam orientação a todos os alunos de forma igual, adaptando, quando necessário, as instruções para pessoas com deficiências – hoje, o projeto atende também pessoas com deficiência auditiva.

Mais de 45,6 milhões de brasileiros vivem a experiência de alguma deficiência, segundo os dados do Censo Demográfico 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O número representa 23,9% da população do país. Por isso, a oferta de esportes adaptados – com adequações às necessidades das pessoas com deficiência – e paralímpicos – as modalidades oficiais das paralimpíadas, segundo o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) – decorre da necessidade de promover qualidade de vida e o direito ao lazer a essa parcela da população.

Nas lutas, os alunos com deficiências visuais ficam o tempo inteiro em contato com o adversário, segurando o quimono do oponente pela gola e pela manga. Se os atletas se soltam, eles podem chamar o nome

do colega, bater palmas, e então continuam a disputa. Assim, pessoas com e sem deficiência podem lutar uns com os outros. Hoje, a inclusão ultrapassa as barreiras da ESEFID: nas competições da Federação Gaúcha de Judô, os atletas cegos e com baixa visão lutam também com pessoas sem deficiência.

Atletas do projeto, Thais Furtado Gonçalves e Bruna Domingos, que tiveram perda completa da visão por conta de um glaucoma, consideram o judô uma oportunidade de se sentirem incluídas. “Dentro do tatame todo mundo é igual”, relata Bruna. De acordo com Thais, o esporte também permite que as pessoas com deficiência sintam mais segurança em outros espaços. “O judô me ajudou a ter mais autoconfiança, a acreditar em mim mesma e me sentir incluída na sociedade”, conta. Para elas, é importante que projetos como este cresçam e ganhem visibilidade para inspirar outras pessoas com deficiência a participarem.

Conforme o professor Gustavo, adaptações ao esporte não são exclusivas para pessoas com deficiência, mas uma condição que qualquer um pode enfrentar: “Cada pessoa tem uma dificuldade. O meu papel enquanto profissional é descobrir o que a pessoa precisa e fazer algo para corrigir aquilo. Então, independentemente da deficiência, a necessidade que um aluno meu tem vai me obrigar a pensar sobre aquilo”. Por meio de tentativas, é possível descobrir formas de viabilizar a prática esportiva para todos os alunos. “Acho que não tem limites para a capacidade do ser humano de ensinar e de aprender”, complementa.

Arte e expressão – Em outro câmpus da Universidade, mais especificamente no Centro Cultural, acontecem as aulas do grupo artístico Diversos Corpos Dançantes (DCD). Na sala, dançarinos com



FOTOS: FLAVIO DUTRA/JU

Os dançarinos do projeto Diversos Corpos Dançantes interpretam coreografias a partir das possibilidades de seus corpos

deficiências físicas e intelectuais interpretam coreografias e fazem dinâmicas de improviso junto com pessoas sem deficiência.

A proposta estética do DCD, criada em 2014, é a diversidade corporal, o que envolve aceitar qualquer pessoa que queira participar – de todas as idades e variados tipos físicos. Já passaram pelo projeto pessoas com diferentes deficiências físicas e intelectuais. Pela linha de atuação da iniciativa, o que é levado em consideração são as múltiplas habilidades que cada corpo oferece.

“A gente pode esquecer a deficiência das pessoas, mas não a nega, porque é algo que faz parte de cada um”, ressalta Daniel Eliseu Fagundes, voluntário, bailarino e professor do projeto desde o início. A ideia é fazer a aula mais inclusiva possível. Não existem exigências nem contagens rítmicas. Quando os movimentos são iguais para todos, cada um faz dentro do seu tempo e a seu modo. “Na dança, a ideia de corpo eficiente é muito diferente. Se tu fores pensar em deficiência e eficiência, a linha do que é eficiente é muito tênue. Muitas vezes, na aula, proponho uma coisa e pessoas com entendimentos diferentes fazem outra; elas acabam fazendo melhor do que a proposta inicial”, enfatiza Daniel.

Lidar com diferentes corpos e entendimentos, reflete Rosaura Vattilana Severo, dançarina do DCD, é uma experiência que exige empatia do instrutor e dos dançarinos. “Todo corpo pode dançar, mas é uma questão de escuta perceber o corpo do outro e aceitar a proposta dele. O que o teu companheiro tem pra oferecer, e o que tu pode propor?”, comenta. O grupo também não vê as tecnologias assistivas (cadeiras de rodas, bengalas, muletas, andadores, próteses, órteses) como limitadores, mas como elementos

que podem dar mais possibilidades para as danças.

Por isso, muitas coreografias são pensadas a partir da perspectiva das diferentes habilidades. Uma das propostas absorveu os movimentos que um dos dançarinos, que é cadeirante, fazia no chão. Muletas são usadas como extensões do corpo, e participantes que não as usam no dia a dia podem empregá-las na performance.

“Na dança, a ideia de corpo eficiente é muito diferente. Se tu fores pensar em deficiência e eficiência, a linha do que é eficiente é muito tênue.”

Daniel Fagundes

Antes de entrar no DCD, em 2018, Denise Schaun Brose não acreditava que pudesse dançar. Com paraparesia dos quadris, uma seqüela neurológica decorrente da esclerose múltipla, ela costuma usar bengalas, já que tem dificuldade para caminhar e movimentar o quadril. Seus movimentos se focam na parte de cima do corpo. “No palco,

o grupo não me vê com duas bengalas. A gente esquece a deficiência e vai além até dos nossos limites”, comenta. Afora a inclusão, a dança permite ainda que as pessoas ultrapassem as barreiras que acreditam que seus corpos têm. “Dançar é a maior alegria da vida!”, exalta-se.

A transformação que a dança promove passa também pela saúde mental das pessoas com deficiência. Gisele de Souza nasceu com espinha bífida, uma má formação que altera sua locomoção. Para ela, foi uma surpresa descobrir que poderia dançar. O contato com a atividade a ajudou a perder a timidez e a lidar com a depressão. Ela não consegue caminhar sem as muletas, mas dançar consegue com elas ou sem. “A gente descobre que a muleta não serve só pra apoio. Ela é um objeto de dança.”

Para Márcio Noronha, coordenador artístico do DCD, uma das barreiras encontradas pelo grupo é ampliar o acolhimento. Muitos teatros e palcos criam acessibilidade para a plateia, mas ainda não para os camarins, coxias e bastidores. Outro desafio enfrentado pelo grupo é o reconhecimento de sua autonomia artística. Para Noronha, “o desafio do futuro é que não exista uma mostra exclusiva de danças inclusivas, mas que a dança inclusiva seja percebida já como dança. Isso é o final do processo de inclusão: acabar com essa exclusão”.

Ensino e pesquisa – Janice Mazzo, professora da Esefid e pesquisadora do Núcleo de História e Memória do Esporte, é uma das fundadoras do Observatório do Esporte Paralímpico, acervo com documentários, reportagens e entrevistas com alguns dos principais medalhistas paralímpicos do Brasil. O material é fruto de dois anos de pesquisa com o objetivo de recuperar a memória desses atletas.

Fundado em 2015, o observatório é uma ferramenta para comunicar os resultados da pesquisa à comunidade. A docente recebeu relatos de pessoas que descobriram, por meio do projeto, a possibilidade de praticar esportes.

Os cursos de bacharelado e licenciatura em Educação Física da UFRGS têm em seu currículo a disciplina obrigatória Fundamentos de Educação Física Especial, que discute a pedagogia e as estratégias de ensino para incluir os alunos com diferentes tipos de deficiência. Para Aline Strapasson, titular da cadeira, a inclusão da atividade no currículo é importante não só para promover a capacitação profissional, mas também para os alunos quebrarem preconceitos. A disciplina também realiza jogos sensibilizadores nos quais os alunos podem experimentar as vivências de cada deficiência. Aline relata que, “quando o aluno se coloca no lugar da pessoa com deficiência, ele consegue ter mais sensibilidade para trabalhar com esse público”.

Além disso, os alunos fazem uma visita à Kinder - Centro de Integração da Criança Especial, onde realizam uma intervenção que consiste em dar uma aula de educação física. “É um divisor de águas. Os relatos que eles me dão de como é importante você conhecer uma instituição são incríveis”, comenta a docente. “Algumas crianças atendidas por essas instituições não têm condições de serem atendidas no ensino regular. Então, eles entendem que a inclusão, muitas vezes, não é pra todos.”

Aline também é professora da Escola do Esporte Adaptado Paralímpico, ação de extensão que oferece a prática esportiva a pessoas com deficiência. Iniciado em agosto deste ano, até o momento o projeto oferece aulas de parabadminton, aprovado pelo COI e com estreia

prevista para os Jogos Paralímpicos de Tóquio 2020, e bocha paralímpica. O ponto central da iniciativa é a adaptação das atividades, dos materiais e das regras para promover a inclusão. “O objetivo do esporte paralímpico é que a pessoa execute tudo de forma prazerosa e com competência”, ressalta.

Felipe Borges, o primeiro atleta do projeto, disputou as parolimpíadas escolares de 2019 na modalidade parabadminton. Com 17 anos, ele era a única pessoa com nanismo da delegação gaúcha. Conheceu o esporte neste ano, quando foi convidado a participar do projeto. No badminton, ele vê uma possibilidade de seguir carreira como atleta. “Aqui eu sou incluído, coisa que eu não era”, revela.

Segundo Aline, a oportunidade de praticar esportes representa não apenas o direito pleno ao lazer mas também a abertura de novos horizontes como possibilidades de trabalho e identidade social e cultural. Para ela, como são poucos os lugares que oferecem a prática do esporte a pessoas com deficiência, é um dever da Universidade garantir esse direito a elas. Para o futuro, o plano é implementar ainda mais esportes, como atletismo, petra e polibat – as duas últimas, modalidades exclusivamente das parolimpíadas. “A minha intenção é encher essa Universidade de alunos com deficiência.”

Júlia Provenzi,
estudantes do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

ufrgs.br/jornal

_Judô para deficientes visuais no projeto Bugre Lucena

Políticas em retrocesso

Saúde Reconhecida como modelo internacional, resposta brasileira à epidemia de HIV sofre sucateamento crescente que pode resultar no aumento dos casos

Fernanda da Costa

Considerada referência mundial no início dos anos 2000, a resposta brasileira à epidemia de HIV vem sofrendo retrocessos crescentes nos últimos anos, com golpes significativos em 2019 (veja ao lado). Além do desmonte nas políticas públicas, aspectos financeiros e sociais também estão entre as pedras no caminho para uma estratégia efetiva neste ano. A regra do teto de gastos, que pode impor perda de R\$ 9,46 bilhões à área da saúde, e o aumento da influência de grupos conservadores, que tem dificultado o diálogo sobre direitos sexuais, são exemplos do cenário árido para 2020.

Pesquisadores e ativistas temem o aumento da epidemia no país por conta dos progressivos sucateamentos do Sistema Único de Saúde (SUS) e da política específica para HIV. Regionalmente, o Norte e o Nordeste já tiveram alta na taxa de detecção de casos de Aids (doença desenvolvida caso o HIV não seja tratado). Conforme o Boletim Epidemiológico de HIV/Aids publicado em dezembro de 2019 pelo Ministério da Saúde, o Norte passou de 23,3 casos de Aids por cada 100 mil habitantes em 2017 para 25,1 em 2018 – uma alta de 8%. O Nordeste teve crescimento menos significativo, de 15,7 para 15,8, situação que ainda assim acendeu um sinal de alerta.

No outro extremo do país, o Sul tem apresentado redução nos novos casos de Aids desde 2012, mas em um ritmo muito abaixo do esperado para a região que tem a maior taxa de detecção da nação. Em 2018, enquanto o Brasil apresentou 17,8 novos casos para cada 100 mil habitantes, a região Sul teve 22,8 – índice 28% mais alto do que o nacional. “Houve uma redução, de fato, mas em um contexto de elevada morbidade e mortalidade. As taxas do Sul ainda estão em um patamar muito superior às do resto do país”, ressalta o epidemiologista e professor do Programa de Pós-graduação em Epidemiologia da UFRGS Ricardo Kuchenbecker.

Primeiro país em desenvolvimento a oferecer medicamentos antirretrovirais (usados no tratamento do HIV) a todos os habitantes, em 1996, o Brasil conquistou status internacional na resposta à epidemia. No início dos anos 2000, o Programa Brasileiro de Aids passou a ser reconhecido como o melhor do mundo ao combinar o acesso aos remédios pelo SUS – que eram negociados a preços mais baixos com as farmacêuticas ou que eram fabricados nacionalmente em versões genéricas – com amplas campanhas de prevenção e incentivo



Ativista Marcus Vinícius da Silva Pires falou sobre prevenção ao HIV durante a Parada Livre, em dezembro, em Porto Alegre

FLAVIO OUTRA/JUI

à participação da sociedade civil por meio do apoio às organizações não governamentais. Quando foi reconhecido com o Prêmio Gates de Saúde Global, em 2003, o programa estimou que, de 1996 até aquele momento, a mortalidade havia caído 50%.

“Quanto menos a gente conversar sobre o assunto, mais essa invisibilidade propiciada pelas mudanças nas políticas pode ter consequências nas estratégias de prevenção e tratamento.”

Ricardo Kuchenbecker

Cerca de dez anos depois, no final dos anos 2000, a estratégia começava a apresentar sinais de retrocesso. O coeficiente de

mortalidade por cada 100 mil habitantes, que passou de 9,6 em 1996 para 5,9 em 2006, uma queda de 38%, começou a aumentar anualmente a partir de 2007. Em 2010, o índice chegou a 6,4, 8% a mais do que em 2006.

Dois anos antes, em 2009, quatro das cinco regiões do país apresentaram alta na taxa de detecção de Aids: Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. À época, ativistas denunciavam problemas, como falta de médicos, medicamentos, leitos e exames, além da queda de recursos para ONGs. Em 2012, o pesquisador Eduardo Gomez, da Rutgers University-Camden, dos Estados Unidos, afirmou à BBC que a história de sucesso do programa brasileiro entrou em declínio por fatores como a saída de recursos internacionais e o enfraquecimento da relação entre o governo e a sociedade civil. “O programa de Aids brasileiro tinha uma conexão forte com as ONGs, mas agora elas estão sem recursos e sem motivação. O governo precisa delas para conscientizar populações difíceis de atingir”, disse ao veículo internacional.

Em 2013, ainda no governo Dilma Rousseff, o diretor do então chamado Departamento de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Aids e Hepatites Virais do Ministério da Saúde, Dirceu Bartolomeu Greco, foi exonerado após uma campanha sobre o uso da camisinha para o Dia Internacional das Prostitutas

receber críticas de grupos conservadores e religiosos. À época, ele denunciou ao jornal O Globo que os sucessivos vetos do então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a campanhas representavam um risco à prevenção do HIV. Conforme o ex-diretor, o ministro teria proibido também um vídeo sobre preservativos com cenas de um casal homoafetivo e um material educativo sobre homofobia e sexualidade.

Coordenador do Brasil no Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (Unaid) em 2014, Pedro Chequer denunciou à época para a revista Problemas Brasileiros que a crescente influência da bancada evangélica do Congresso vinha prejudicando as políticas públicas para o HIV, principalmente em relação à prevenção. Além das campanhas da pasta da Saúde, citou o caso de 2011 da suspensão, pelo governo federal, do material didático do projeto “Escola sem homofobia” (chamado de “kit gay” por parlamentares evangélicos) do Ministério da Educação. “A fundamentação pseudorreligiosa está prevalecendo em detrimento do princípio científico. Então, se quisermos efetivamente um futuro sem Aids, além de expandir o tratamento o mais rápido possível, temos de implementar a educação sexual nas escolas de modo absolutamente claro, objetivo e sem preconceito. Não por intermédio de uma palestra ou outra, mas por meio de um

programa efetivo e continuado de educação para que possamos ter a próxima geração preparada para exercer sua sexualidade e respeitar a diversidade”, afirmou Chequer à revista.

No ano passado, com o início do governo de Jair Bolsonaro, orientações mais conservadoras envolvendo os ministérios da Saúde, da Educação e da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos contribuíram para intensificar o desmonte da política de HIV, segundo especialistas. “Lamento esse movimento. É preciso discutir gênero, raça e homofobia para criar políticas públicas mais eficientes em relação ao HIV. Precisamos criar uma cultura de paz e de não discriminação”, afirma a professora dos programas de pós-graduação em Sociologia e Políticas Públicas da UFRGS Andréa Fachel Leal, que pesquisa HIV e Aids há mais de dez anos.

O epidemiologista Ricardo também relata que a reorientação conservadora do novo governo pode prejudicar a resposta ao HIV. “Quanto menos a gente conversar sobre o assunto, mais essa invisibilidade propiciada pelas mudanças nas políticas pode ter consequências nas estratégias de prevenção e tratamento”, explica.

Desinformação – Militante do movimento LGBTQI+, Marcus Vinícius da Silva Pires, 37 anos, diz que passou por “situações bizarras” por causa da falta de



conhecimento das pessoas em relação ao HIV. Com diagnóstico positivo desde 2006, já ouviu um jovem falar para outro não beijá-lo em uma festa. “Não fica com ele. Ele tem HIV”, escutou. Em um aplicativo, onde informava viver com o vírus e ter carga viral indetectável (intransmissível), foi chamado de “aidético” e “puto safado que passa Aids para todo mundo”. “Um pensamento retrógrado de uma pessoa que não busca informação. Denunciei ele à plataforma”, lamenta o ativista, que usa as redes sociais para informar os amigos sobre saúde sexual.

A desinformação, o conservadorismo e a hipocrisia reforçam o estigma do HIV e contribuem para ampliar a discriminação a pessoas que vivem com o vírus. Para combater o preconceito, assim como Marcus, pessoas que vivem com HIV passaram a usar a internet para falar sobre o tema. Apenas no Youtube, mais de 20 ativistas brasileiros possuem canais ou playlists para explicar conceitos, tirar dúvidas e promover o autocuidado, a maioria iniciado depois de 2017. Entre eles estão os canais de Gabriel Comicholi, de Blenda Silva e do projeto Super

Indetectável, vinculado à Rede Mundial de Pessoas que Vivem e Convivem com HIV, que somam 76,5 mil inscritos e quase 5 milhões de visualizações. “As redes sociais podem ser um espaço de diálogo e de acolhimento. Depois que publiquei no Facebook que eu era soropositivo, muitos amigos vieram falar comigo sobre HIV. Antes, era um assunto que nem seria citado”, comenta Marcus.

Apesar de disponíveis na internet, nem sempre as informações sobre HIV são acessadas. Por isso, pesquisadores e ativistas ressaltam a importância de manter políticas públicas educacionais sobre direitos sexuais e reprodutivos dentro das escolas. “Essa discussão sobre sexualidade está ausente em vários espaços e isso implica, infelizmente, jovens com menos conhecimento sobre o que é HIV, o que é Aids e como fazer a prevenção. Não podemos dizer apenas que é preciso usar o preservativo, precisamos ensinar a como fazer a negociação do uso e preparar os jovens para essa dificuldade”, afirma Andréa.

Uma pesquisa realizada pela professora mostrou, por exemplo, que jovens de Ensino Médio

tinham dúvidas básicas sobre o HIV “que eram razoáveis apenas no final dos anos 1990”. “Eles não sabiam se mosquitos transmitiam HIV ou se podiam compartilhar talheres e sentar no mesmo local que pessoas que vivem com o vírus. O levantamento foi mais um indicativo das lacunas em termos de políticas públicas nas escolas”, completa.

Jovens com dúvidas não esclarecidas podem virar adultos desinformados, como os que Carla Almeida, integrante da Articulação Nacional de Luta contra Aids (Anaid) e presidente do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio Grande do Sul (Gapa-RS), encontra em diversas atividades. “Eles ainda perguntam coisas básicas, como se beijo na boca pode transmitir HIV. Isso é reflexo da falta de espaço para o diálogo imposta por uma política higienista de controle do corpo e de discussões conservadoras”, alerta.

ufrgs.br/jornal

_ Situação do HIV no RS
_ Mulheres e o HIV

“O fim do Programa”

Entre os retrocessos de 2019, segundo ativistas, um dos mais doloridos foi o rebaixamento pelo governo federal do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV/Aids e das Hepatites Virais (DIAHV), que atuava desde 1986. Ele foi transformado em duas coordenações dentro do recém-criado Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis (DCCI): a Coordenação-geral de Vigilância do HIV/Aids e das Hepatites Virais e a Coordenação-geral de Vigilância das Infecções Sexualmente Transmissíveis.

A mudança no Ministério da Saúde, publicada em maio no Decreto n.º 9.795, foi amplamente criticada pelas ONGs. Em nota, o Movimento Nacional de Luta contra a Aids, que reúne vários coletivos, chamou a medida de “política de morte” e afirmou que ela representa “o fim do Programa Brasileiro de Aids”, que foi modelo mundial. “Esse decreto acaba com uma experiência democrática de governança de uma epidemia baseada na participação social e na intersectorialidade”, completou a organização.

Também em nota, o Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas (MNCP+/Brasil), integrado por mulheres que vivem com HIV, ressaltou que “invisibilizando a Aids, o governo está, indiretamente, invisibilizando as especificidades de diversas populações que se encontram em situações de maior vulnerabilidade em função do descaso do setor público e da ausência de políticas públicas inclusivas, resolutivas e humanizadas”.

Por e-mail, o Ministério da Saúde negou o desmonte e disse que a nova estrutura promove maior integração. “A intenção é trabalhar com as doenças mais comuns nas populações com maior vulnerabilidade e com os mesmos condicionantes sociais. Além disso, o HIV/Aids, a tuberculose e a hanseníase possuem características de doenças crônicas transmissíveis, com tratamento de longa duração, o que permite uma integração das ações”, afirmou. O ministério disse também que “não haverá perda orçamentária para o HIV/Aids”, acrescentando que o orçamento global do DCCI passou de R\$ 1,7 bilhão em 2018 para R\$ 2,4 bilhões em 2019. No entanto, segundo o próprio órgão, “os recursos para o ano de 2019 incluem ações de HIV/Aids, Hepatites Virais, IST, Hanseníase e Tuberculose”, não apenas para ações de HIV e Aids.

O rebaixamento do departamento motivou a realização de uma audiência pública na Câmara dos Deputados, em outubro, promovida pela Comissão de Seguridade Social e Família. “Vemos uma situação grave de desmonte da saúde pública no Brasil com potencial de impactar negativamente o atendimento às pessoas que vivem com HIV/Aids, principalmente no fornecimento de medicamentos e ações de prevenção, mas não é apenas isso. Por trás, há o discurso preconceituoso moralista de que este é um problema individual e que não merece atenção do poder público. Não se pode ignorar que há uma epidemia que já dura décadas e que está ligada à vulnerabilidade de direitos humanos das populações atingidas”, afirmou a deputada Fernanda Melchionna (PSOL-RS), que propôs a audiência.

Presente no debate, a integrante da Articulação Nacional de Luta contra Aids (Anaid) e presidente do Grupo de Apoio à Prevenção da Aids do Rio Grande do Sul (Gapa-RS), Carla Almeida, ressaltou que o país vive um apagamento das políticas para HIV há cerca de uma década, com recrudescimento nos últimos anos. O próprio Gapa-RS foi despejado da sede, em 2017, por falta de pagamento do aluguel pela Secretaria Estadual da Saúde, que à época afirmou ter encerrado o contrato de locação. “O Brasil não conseguiu mais trabalhar as dimensões político-sociais da epidemia de Aids como nos anos 2000. O debate foi inviabilizado no atual contexto social, então a sociedade não acha mais que a Aids é um problema. Hoje, vemos o surgimento de narrativas muito perigosas de responsabilidade individual pela epidemia, conservadorismo e criminalização dos movimentos sociais”, denuncia a ativista.

Uma das principais críticas da presidente é de que a política para HIV atualmente está focada apenas no campo biomédico, deixando de lado questões comportamentais e de direitos humanos essenciais para uma resposta efetiva à epidemia, principalmente em relação às mulheres. “É impossível desconsiderar elementos como violências estruturais e desigualdades, pois a Aids tem uma dimensão que é social, que não se enfrenta no campo biomédico. Claro que precisamos de novas tecnologias, mas o HIV também é um vírus ideológico, por causa do estigma. As pessoas morrem pelo preconceito, pela exclusão social”, denuncia.

2019: um ano de desmonte

JANEIRO

Adele Benzaken é exonerada da direção do Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, do HIV e das Hepatites Virais (DIAHV) do Ministério da Saúde (MS) por conta de uma cartilha para homens transexuais que, em determinado trecho, alertava para que as seringas usadas em um procedimento de ampliação do clitóris não fossem compartilhadas. O ministro Luiz Henrique Mandetta teria dito que a prática não poderia ser recomendada.

FEVEREIRO

Mandetta veta peças da campanha de saúde sexual de Carnaval com casais homoafetivos.

MARÇO

Governo federal teria comprado preservativos internos (popularmente chamados de “camisinha vaginal”) de látex, e não mais de material antialérgico, o que pode diminuir a adesão.

ABRIL

Decreto presidencial extingue o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBTQ+. No mesmo mês, o presidente veta projeto que dispensava pessoas que vivem com HIV e são aposentadas por invalidez de realizar reavaliação pericial. Veto foi derrubado pelo Congresso em junho.

MAIO

Decreto muda a estrutura do Ministério da Saúde, rebaixando o DIAHV. O órgão também bane o uso da expressão “violência obstétrica”. Para mulheres que vivem com HIV, o termo é importante para caracterizar violações em relação ao planejamento reprodutivo, entre elas a pressão por esterilização. No mesmo mês, a Política Nacional de Drogas é alterada por decreto. Governo federal retira o conceito de redução de danos, que embasa a troca de seringas. Prática é indicada para evitar transmissão de HIV.

JUNHO

Governo “recria” o Conselho de Combate à Discriminação, mas sem nenhuma menção à pauta LGBTQI+.

JULHO

Governo federal divulga que as redes sociais do antigo DIAHV não serão mais atualizadas, concentrando as informações apenas nas páginas do MS.

AGOSTO

Proposta orçamentária do governo federal para 2020 é encaminhada ao Congresso Nacional. Regra do teto de gastos pode impor perdas de R\$ 9,46 bilhões à Saúde.

SETEMBRO

MS publica boletim “Panorama epidemiológico da coinfeção TB (Tuberculose) - HIV no Brasil”. Dados mostram o aumento da coinfeção de 2016 para 2017, que passou de 8.234 para 8.515 novos casos.

OUTUBRO

Em audiência pública na Câmara dos Deputados, a presidente da Rede Trans Brasil, Tathiane Araújo, denuncia que o MS tem se negado a participar de eventos promovidos pelo grupo e que faltam políticas de Profilaxia Pré-exposição (PrEP) para a população trans – estratégia de prevenção que combina medicamentos diários com aconselhamento e testes regulares.

NOVEMBRO

MS revela estimativa de que 135 mil pessoas vivem com HIV no Brasil e não sabem.

DEZEMBRO

Boletim Epidemiológico de HIV/Aids 2019, do MS, mostra aumento nas taxas de detecção de novos casos de Aids em duas regiões: Norte e Nordeste.

O que diz o Ministério da Saúde

O órgão afirmou que “não há desmonte da política de HIV/Aids” e que as mudanças promovem “maior integração” entre as áreas do órgão. Especificamente sobre os preservativos internos de látex, o Ministério disse que o processo de aquisição teve início em 2017 e foi finalizado em 2018. Considerando as evidências que demonstram reações alérgicas ao material, o órgão afirma que comprou 5,6 milhões de preservativos internos de borracha nitrílica, que não provoca alergias.



Homens possíveis

Comportamento Diferentes grupos discutem formas mais saúdáveis de identificação social

Em um aplicativo de conversas, um grupo de pais de uma escola particular de Porto Alegre compartilha um álbum de mulheres nuas no Halloween. Segundo João, nome fictício, um dos integrantes, eles enviam também, sem qualquer reflexão, conteúdos de cunho misógino e homofóbico. Conforme o psicanalista Otávio Nunes, esse é apenas mais um espaço para expressar o “universo masculino” nos seus estereótipos e na sua superficialidade. “O mundo masculino é de violência e sexo. Isso acontece em vários espaços, por que não aconteceria em um grupo de whatsapp?” Quanto às piadas hostis e à constante afirmação da masculinidade viril, ressalta que “a violência do homem é uma resposta ao tanto que ele mesmo se violenta para não mostrar suas fragilidades e seus desejos que, muitas vezes, precisam ser negados para ter reconhecimento social”.

Repensar – Embora a masculinidade normatizada (branca, heteronormativa e cis) influencie o funcionamento social e conceda diversos privilégios para os que se mantêm no padrão, muitos homens começam a problematizar ações, como essas reproduzidas pelo grupo de pais, e os seus malefícios. Segundo o site *Papo de Homem*, há, no Brasil, pelo menos 129 grupos que buscam debater masculinidades para encontrar novas formas de ser homem, menos agressivas e mais saúdáveis. Esse é o caso de Lucas Rodrigues: graduado em publicidade na ESPM e terapeuta complementar (heiki). Ele formou o grupo *O melhor que podemos ser*. “Me reúno com outros homens para debatermos questões relacionadas a gênero. Por exemplo, muitos chegam sem entender por que precisamos compartilhar as atividades domésticas. É algo a que não estamos habituados”, revela. “Isso é prejudicial, porque, quando vamos morar sozinhos, sofremos e causamos sofrimento. Se temos uma companheira, a sobrecarregamos.”

A iniciativa de formar o grupo surgiu depois do massacre em Suzano, no início deste ano, quando dois jovens entraram atirando na Escola Estadual Professor Raul Brasil e mataram sete pessoas. “Fiquei com medo que esses aten-

tados se tornassem mais frequentes no país e observei que eles tinham início nos cantos obscuros da internet, onde homens jovens, majoritariamente brancos, nutrem rancor e ódio decorrentes de frustrações causadas por promessas de masculinidade que não se cumprem. A mídia e a sociedade prometem que, se você for insistente, agressivo, machão, você vai ter tal mulher, vai ter dinheiro. Isso não acontece”, explica.

Lucas acredita que os homens precisam se reunir entre si para não sobrecarregar as mulheres e outras minorias políticas que já sofrem diariamente com a opressão de um sistema masculinizado. “Temos que ter a autonomia de nosso aprendizado, mas sempre ouvindo as mulheres. Quando um homem, no nosso grupo, passa a entender algo porque ouviu um conselho de um de nós, problematizamos, então, por que ele não compreendeu

quando ouviu a mesma reclamação vinda da sua mulher.”

Edson da Luz, motorista de ônibus e estudante de Serviço Social na Uniasselvi, afirma que se tornou uma pessoa “menos bruta” e mais empática em relação às mulheres depois de começar a frequentar o grupo iniciado por Lucas. “Repensei muito minha possessividade, o domínio que eu exercia sobre a vontade dos integrantes da minha família”, conta. Para ele, esconder os sentimentos é violento e gera violência. “Não ter com quem conversar sobre as suas dificuldades contribui para a solidão e para o preconceito. E a solidão propicia a entrada no mundo das drogas e do álcool”, reflete.

Cássio do Amaral, outro integrante do grupo, é músico e professor. Ele conta que, após ser convidado por Lucas para as discussões, passou a “potencializar as energias masculinas e femininas

que existem em cada pessoa”. “Isso me ajudou a lidar com tudo que é tipo de gente de uma maneira muito natural e a quebrar muitos preconceitos e crenças limitantes. Criei relacionamentos maravilhosos com diversas pessoas e vi as tantas possibilidades que um ser humano pode oferecer.” Por outro lado, revela que pessoas próximas reagem com sarcasmo quando convidadas por ele a participar das reuniões. “Mas, ao presenciar certas atitudes preconceituosas, busco ao menos um pequeno diálogo que incentive a reflexão”, afirma.

Masculinidade negra – Professor do Departamento de Astrofísica da UFRGS, Alan Alves Brito participa do movimento HeforShe e ressalta a importância de não tratar todas as vivências da mesma forma, mesmo que o machismo e a masculinidade agressiva afetem e sejam reproduzidos por todos os homens.

“Eu, por exemplo, sendo homem negro, gay, nordestino e professor de exatas crio muita tensão nesta universidade. Isso quando não sou barrado em alguns locais. Os efeitos tóxicos da masculinidade me atravessam de outro jeito, se compararmos com homens brancos, porque mesmo que os homens brancos sofram com a privação de sentimento, por exemplo, eles possuem muitos privilégios que os negros não têm”, explica. Ele, que ministra uma cadeira para discutir questões de gênero voltada a estudantes da Física, aponta que um homem negro é marcado duplamente pela violência. “Vejo isso pelas trajetórias de outros homens pretos que conheci e que acabaram presos ou em situação de drogadição por conta disso. Além do mais, nossos corpos são extremamente sexualizados; somos desumanizados. Então somos vistos obrigatoriamente como máquinas de fazer sexo e precisamos performar isso. E tem que ser o sexo hétero. Algumas mulheres, quando descobrem que um homem negro é gay, logo reagem dizendo que um negão assim ser gay é um desperdício.” Além disso, acrescenta, os homens negros enfrentam outras faces da masculinidade, como perseguição policial. “Muitos não falam, mas uma experiência comum entre homens negros é ‘quando foi a primeira vez que a polícia os parou.’”

Discussão acadêmica – Uma referência no debate de questões de gênero, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por meio da Coordenadoria de Diversidade Sexual e Enfrentamento da Violência de Gênero, promove quinzenalmente discussões em grupo abertas à comunidade a respeito das masculinidades. Matheus Martins, psicólogo e servidor que ajuda a conduzir as conversas, enfatiza que o grupo é reflexivo, não terapêutico, configurando-se um espaço acolhedor. “Em todo encontro, elegemos alguns tópicos, como construção da sexualidade, afetos, privilégio dos homens, homens e paternidade, homens e violência.” Ele ressalta que o objetivo é desconstruir preconceitos. “Mas sempre deixamos claro que é um ambiente em que se pode falar tudo.” Os perfis dos participantes são bastante diversos: estudantes brancos, negros, heterossexuais, homossexuais, bissexuais, trans, de exatas, de humanas. “É interessante porque a própria vivência diferente de cada um permite reflexões. Praticamos muito a autocritica”, relata. Para Matheus, é imprescindível que a discussão seja feita na universidade. “Como futuros profissionais, os estudantes têm papel transformador em outros setores”, enfatiza.



Lucas Rodrigues criou neste ano um grupo para debater masculinidades

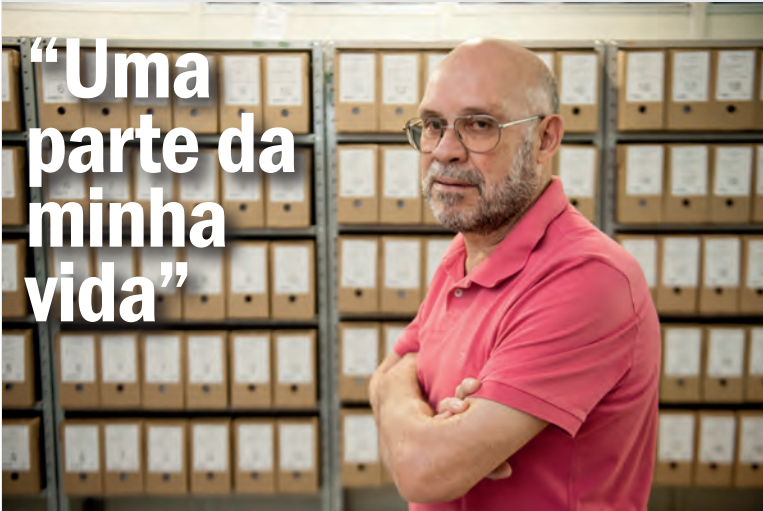
FLAVIO DURRAN/JU

Bárbara Lima,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Meu Lugar na UFRGS

FLÁVIO DUTRA/JU

“Uma parte da minha vida”



“Se quiser anotar, tá aqui, ó. Início: 1.º de junho de 1973. Fecha 46 anos”, conta Paulo da Silva Eckard orgulhoso, apontando para um pedaço de papel no qual está registrada a sua data de ingresso no Centro de Processamento de Dados da UFRGS, o CPD. Aos 68 anos, o almoxarife é um guardião da história desse lugar que ele mesmo ajudou a construir. Segundo Paulo, o atual salão de festas, que fica nos fundos do prédio, é fruto de uma ideia que teve com alguns colegas. “A proposta inicial era fazer só uma churrasqueira, colocar uma muretinha, um toldinho... Mas aí como ia ser em dia de chuva? Então fecha aqui, fecha ali... em resumo: faz 40 anos que [o salão] tá aí, e até hoje o pessoal usa. Tem freezer, churrasqueira, fogão, pia. Tem tudo.”

O CPD foi criado em 1968 nas dependências da Escola de Engenharia com o objetivo de fornecer à Universidade serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em 1970, ganhou nova sede, no antigo estacionamento próximo ao Hospital de Clínicas de Porto Alegre, onde permanece até hoje. Paulo diz que, nessa época, era muito diferente. “No início, só tinha a sala do sistema, os banheiros e algumas salas. Parecia obra sem acabamento, sabe?” Segundo ele, na área em volta, onde hoje existem a Creche do hospital e o Restaurante Universitário do Câmpus Saúde, havia apenas mato.

Hoje, Paulo é almoxarife, compoando a equipe da gerência administrativa e tendo sob sua responsabilidade o Setor de Manutenção e Segurança do prédio. Quando ingressou na UFRGS, no entanto, operava computadores. Entre outras coisas, seu trabalho era lidar com as máquinas que faziam a leitura dos cartões perfurados. Considerados precursores da memória dos computadores modernos, esses cartões continham informação codificada por meio da presença ou ausência de perfurações em posições pré-definidas e eram

utilizados para o processamento e o armazenamento de dados. Paulo conta que o serviço era prestado principalmente a alunos do curso de Engenharia Eletrônica, mas que o CPD também atendia empresas.

Por conta dos equipamentos e materiais de escritório que se faziam necessários, o almoxarifado, naquela época, era muito maior. Hoje, quase tudo é feito nos próprios computadores, de modo que, nas prateleiras do novo almoxarifado, o que mais se vê são canetas, CDs, DVDs e produtos de limpeza. Ainda que tenha diminuído em tamanho, ele não deixou de ter importância: com o tempo, as demandas foram crescendo, e surgiu a necessidade de se encontrar alguém para assumilo. “Na época, a direção me fez a proposta, porque era algo com que tinha de ter muito cuidado; tinha coisas muito caras, tinha certa responsabilidade, e eu era uma das pessoas mais antigas daqui”, explica.

O fato de ser um veterano, contudo, não o impede de seguir evoluindo. Para ele, o convívio com os colegas lhe ensinou muito, e segue ensinando. “O pessoal que a gente vê entrando tem ideias, pensamentos um pouco diferentes dos que nós tínhamos, mas não vou dizer que já sei tudo. Não sei. Cada dia surge uma novidade, e eu tenho que evoluir, não posso ficar pensando só no meu tempo”, reflete.

Depois de 46 anos, Paulo nutre um carinho especial pelo CPD. Ao pensar na aposentadoria, à qual já tem direito, sorri: “Eu sempre falava pra uma colega: ‘Quando fechar meu tempo de serviço, no dia seguinte tô indo embora.’ Sempre dizia isso, mas não é bem assim. Com 68 anos, sigo aqui, trabalhando, e gosto de vir pra cá. Me sinto bem e, por isso, não tenho vontade de parar. O CPD é uma parte da minha vida”.

Natalia Henkin,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

Esta coluna é uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas serão exibidos no Canal 15 da NET diariamente às 20h e às 23h.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Entre andanças e acordes

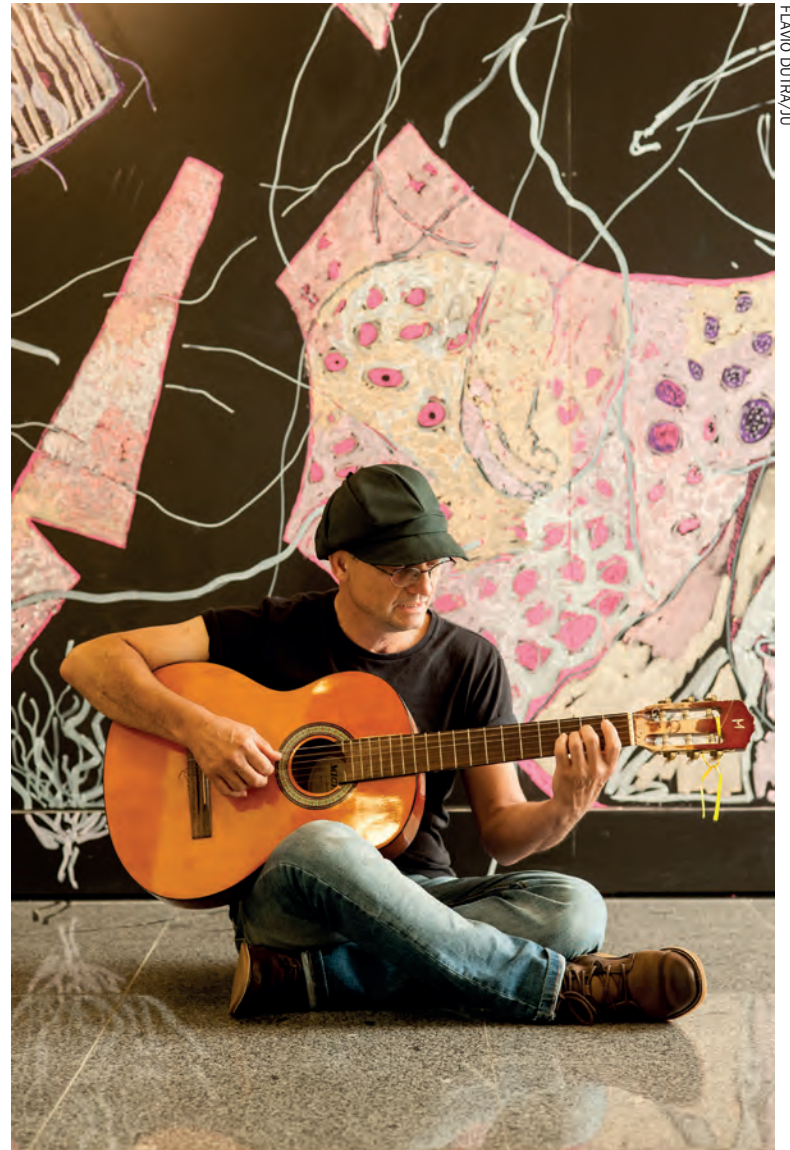
Pedro Guerra Pimentel
Mestrando alia aos estudos uma trajetória marcada pela música e por viagens pelo estado

Pedro Guerra Pimentel é, antes de tudo, músico. Não só porque concilia a música com o cotidiano de oficial de Justiça e o curso de mestrado em Dinâmicas de Desenvolvimento Regional da UFRGS, mas também porque a palavra “antes” pode ser compreendida em seu sentido literal – de temporalidade. Ainda criança, longe de formar-se em Direito e ser aprovado em concurso para oficial de Justiça, brincava com o violão do pai, Airton Pimentel, que também é músico nativista.

Nascido Pedro Leandro Scarparo Silveira, adotou o nome artístico na adolescência. Acompanhando o pai e artistas importantes da cultura gaúcha, como Leopoldo Rassier e Joca Martins, em festivais e apresentações pelo estado, foi natural que a arte fosse o primeiro ofício que conhecesse. Assim começou também a história de Pedro com a Califórnia da Canção Nativa, um dos mais importantes festivais de música do Rio Grande do Sul: em 2014, sua música *O homem dentro do espelho* foi a vencedora da categoria ‘Melhor música da linha livre’ na 38.ª edição do evento. Assim Pedro repetiu o feito do pai, vencedor da edição de 1977 com a canção *Negro da Gaita*, escrita em parceria com Gilberto Carvalho.

Entre os 18 e 35 anos, Pedro tocou em festivais e ‘na noite’, como define. Mas, com a dificuldade de “viver de arte”, decidiu tentar carreira na área do Direito, curso em que ingressou no fim dos anos 90 na Universidade Ritter dos Reis (UniRitter). Teve que atrasar a formatura por um bom motivo: aprovado em um concurso para oficial de Justiça, mudou-se, no ano 2000, para Agudo, no centro do Rio Grande do Sul, onde atuou por quatro anos, até assumir uma vaga em Tramandaí, para facilitar os frequentes deslocamentos até a capital.

No litoral norte, Pedro acaba, de certa forma, repetindo como oficial de Justiça o roteiro de músico: no site voltado à carreira mu-



FLÁVIO DUTRA/JU

sical, atesta que “suas composições retratam temas urbanos, litorâneos, campeiros, históricos do Rio Grande do Sul e suas formações culturais e étnicas”. Na rotina de shows e festivais, conhece cidades grandes e pequenas, encontrando os perfis mais diversos. Já quando faz cumprir decisões judiciais, conhece áreas urbanas e rurais da região em que atua. E as atividades não só acontecem em concomitância como acabam se cruzando. Pedro compôs uma canção que fala do seu cotidiano como oficial de Justiça.

“O oficial é conhecido como ‘longa manus’ (expressão latina que significa o braço técnico ou executor de ordens) do juiz, então eu compus a Milonga Manus, inspirada na minha função: [...] *Investido de fé pra labutar/ Cumpre ordens que manda o juiz./ Intima e orienta o popular,/ E o povo crê no que ele diz./ Esperança ele tem pra mudar./ Observa a miséria e a tristeza./ Tenta com seu trabalho ajudar,/ Vê que falta é comida na mesa*”.

Inclusão – Da música ao Direito, outro fio condutor que se apresenta claramente na trajetória de Pedro é a regionalidade. E esse interesse se desdobrou: ele agora cursa mestrado em Dinâmicas de Desenvolvimento Regional no Câmpus Litoral Norte da UFRGS.

“Há três anos minha filha fez vestibular, e ela e minha esposa me incentivaram a fazer também. Como sempre gostei de estudar, aceitei e fui aprovado no Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, que cursei por três semestres. Nesse meio tempo surgiu a oportunidade do mestrado. Tranquei a graduação, talvez até um dia volte, mas o mestrado tem tudo a ver com minha trajetória, pois como compositor sempre tentei representar todas as regionalidades da formação cultural do estado. E na formação desse tema litorâneo tem a questão indígena, antes da colonização europeia, e também a negra. Já fiz, por exemplo, alguns maçambiques, que é um ritmo originado no litoral norte gaúcho.”

A pesquisa proposta por Pedro para ingressar no mestrado foi uma costura entre os eixos que estão sempre presentes na sua vida. “O tema do meu pré-projeto foi representatividade nos festivais de música gaúcha. O objeto em si ainda está muito amplo, é preciso delimitar, mas o tema é esse. E isso é também uma questão a resolver, porque, como diz Saramago, ‘é preciso sair da ilha para ver a ilha.’”

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Carta para além dos muros

TEXTO CARLOS EBELING DUARTE

FOTOS MARIANE LEAL



O convite: *fazer um ensaio fotográfico com pessoas vivendo com Aids.*

Pensei: *vamos reproduzir ou transcender Cazusa?*

A proposta: *despir o preconceito e o corpo.*

Pensei: *corpos transformados pela lipodistrofia, corpos transformados pela Aids. E a minha autoestima onde fica? Não vou fazer.*

Foi dito: *podes fazer com roupa.*

Fiz sem.

Não por convencimento. Por enfrentamento. Lidei com meus preconceitos e me despi. Fazer as fotos não foi difícil, estávamos só entre nós. Pessoas vivendo com Aids, no corpo ou no espírito, alguns com HIV, outros com o entendimento do significado da Aids e sem HIV. Mas todos transformados.

O difícil foi imaginar as fotos sendo vistas por pessoas sem Aids, sem a compreensão dos muitos significados da doença.

De fato, o corpo é o que menos importa nesse processo todo, apesar de ser o que mais as pessoas que não vivem com Aids enxergam. Desde Cazusa.

No caso destas fotos, elas o transcendem e mostram as mudanças mais essenciais. Expõem pessoas vivas onde o viver com Aids foi transformado em força, em sofrimento e em poder de superação. Em sentimento e em solidariedade.

Elas retratam a essência do viver com Aids: a própria ousadia de continuar vivendo! Os corpos nus nada mais mostram que vida e que viver transforma.

CARLOS EBELING DUARTE VIVE COM AIDS HÁ QUASE 30 ANOS. FOI MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE DE 2002 A 2005 E DE 2012 A 2015. ARQUITETO, VOLUNTÁRIO DO GAPA-RS DESDE 1996, É ATUALMENTE VICE-PRESIDENTE. MARIANE LEAL É FOTÓGRAFA DOCUMENTARISTA E PRODUZIU AS IMAGENS DESTA PÁGINA PARA UMA EXPOSIÇÃO QUE CIRCULOU PELO RIO GRANDE DO SUL AO LONGO DE 2019.